

VERSO E REVERSO - TV - SÉRIE III

TEXTO BRUTO - PROGRAMA 13

A CRISE DO POPULISMO

A SOCIEDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 60

A economia do país no Governo JK crescera enormemente. Maior produção de petróleo e aço e da indústria de forma geral. A fórmula para tanto progresso implicava num custo alto, ou seja, abertura do país ao capital estrangeiro, endividamento, inflação. O panorama da sociedade brasileira no início dos anos 60 revelou as contradições acumuladas nas décadas anteriores. A insatisfação dos setores populares com a inflação de 25%, aliada a dos grupos agro-exportadores, que vinham tendo seus interesses suplantados pelos da burguesia industrial, contribuíram para a eleição de Jânio Quadros, governo de oposição.

Grande parte do sucesso eleitoral de Jânio devia-se ao seu estilo muito particular de fazer política: um populismo bastante personalista e carismático que o ajudara a se eleger vereador, prefeito de São Paulo em 1953 e Governador no ano seguinte. Sua força, diferentemente de outros grandes líderes populistas, não se baseava em esquemas partidários ou sindicais. Resultava da combinação da insatisfação generalizada de massas trabalhadoras e camadas médias, com o estilo moralista do candidato:

Sem terno e gravata, sempre despenteado, ouvindo as queixas de pessoas humildes e, sobretudo, fazendo promessas de renovação social, sempre de vassoura em punho, Jânio Quadros surgia como o símbolo das possibilidades de superação de uma crise que era entendida como conjuntural, mas que, a rigor, era uma crise de consolidação do crescimento do capitalismo do Brasil.

Jânio foi eleito com 48% dos votos, contra 28% do Marechal Lott (PSD - PTB) e 23% de Adhemar de Barros (PSP). Para a vice-presidência foi eleito, outra vez, João Goulart (PTB).

A "vassoura" entrou rapidamente em ação, JQ restabeleceu a liberdade cambial, favorecendo os setores agro-exportadores, e prejudicando as pequenas e médias empresas. Para os assalariados, que já contribuíam para a estabilização, através da contenção forçada dos salários, a política deflacionária de JQ

acabava não diferindo da política inflacionária: ao elevar o custo da produção das empresas, o fim dos subsídios levava-as a aumentarem os preços de seus produtos.

Por outro lado, na política externa, Jânio Quadros adotou uma posição que contrariava as forças conservadoras que o haviam apoiado. Visando fortalecer o mercado das exportações nacionais e a posição do Brasil na América Latina, o Governo pensava em construir um bloco independente liderado por Brasil e Argentina, afastando-se dos Estados Unidos. Outras decepções para seus aliados políticos foram o reatamento das relações com a URSS e a China.

Argumentava-se que o Brasil estava desligando-se do bloco ocidental e caminhando para a esquerdização, o que inquietava o governo norte-americano e às nossas elites.

Jânio havia pensado num Plano Nacional de educação, como algo prioritário, mas que não chegou a ser implantado.

A condecoração de Ernesto "Che" Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, com a Ordem do Cruzeiro do Sul, serviu de motivo para novos ataques. Na noite de 24 de agosto de 1961, sete anos após o suicídio de Vargas, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, denunciava na televisão uma suposta tentativa de golpe da parte do presidente. Na manhã seguinte, Jânio renunciava, alegando que "forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração".

Avalia-se hoje que a renúncia, além de refletir o estilo personalista e autoritário de Jânio Quadros, foi uma tentativa de ampliar seus poderes e permanecer na presidência. Como seu vice-presidente era João Goulart - herdeiro do getulismo - Jânio esperava que os setores militares não aceitassem sua renúncia e lhe dessem o respaldo político que procurava para construir uma "democracia forte".

Não foi o que aconteceu. Como pensava governar "acima" dos partidos e das forças sociais, agora não dispunha de bases organizadas - sindicais, partidárias, militares - que tentassem sustentá-lo.

Não se chegou a articular a permanência de Jânio. Os ministros militares propõem o veto à posse de Jango ou a reforma da Constituição para evitá-la. De outro lado, organizava-se a resistência legalista, comandada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, com apoio da opinião pública, que defendia a posse do vice-presidente, conforme estabelecia a Constituição vigente.

A crise de sucessão só foi resolvida com a votação, pelo Congresso, de uma Emenda Constitucional, instituindo o regime parlamentarista. A posse de João Goulart acabou sendo garantida por um compromisso político selado entre os setores moderados e a oposição conservadora. A implantação do regime parlamentarista foi a fórmula encontrada para limitar os poderes do novo presidente e permitir uma acomodação temporária dos grupos que pretendiam violar o regime constitucional.

O governo Goulart herdava a monumental crise política e econômica, agravando-se a partir de então o quadro inflacionário e a redução dos investimentos, o que gerava um assustador ciclo de recessão econômica e acirramento da questão política.

O nacionalismo-reformista do Governo João Goulart contribuiu para o agravamento da crise. Apresentava duas propostas básicas de difícil conciliação: uma política de estabilização baseada na contenção salarial e a implementação das chamadas reformas de base, que exigiam uma classe trabalhadora organizada e mobilizada contra as forças conservadoras, o que não ocorreu.

As reformas de base incluíam uma reforma agrária profunda, reforma urbana, reforma tributária, administrativa, bancária e,

sobretudo, na relação com as multinacionais. Na educação, uma ampla reforma que garantisse educação para todos e ensino superior capaz de promover o desenvolvimento autônomo do Brasil.

Outro problema foi a suposição, por parte das forças nacionalistas e da esquerda, de que o programa de reformas interessaria tanto aos trabalhadores quanto à burguesia progressista. A luta contra o "Imperialismo" e o "latifúndio semi-feudal" era vista como uma etapa necessária do processo de transformação da sociedade brasileira, que se daria através de uma "revolução democrático-burguesa", comandada pela burguesia nacional.

Tal previsão mostrava-se incorreta. Tanto quanto os proprietários de terra, a burguesia sentia-se ameaçada pela ascensão dos movimentos populares e pela política estatizante dos governos nacionalistas.

Abandonavam, por isso, o pacto populista que vinha sustentando a industrialização do país desde o Estado Novo. A bandeira nacionalista e agora reformista passava às mãos das classes populares, adquirindo, cada vez mais, um sentido revolucionário: cancelamento do pagamento da dívida externa, estatização de empresas estrangeiras e reforma agrária.

Agravando a situação, a conjuntura internacional (EUA) passou a se mostrar desfavorável às reformas sociais propostas por Jango.

No Congresso, radicalizavam-se as posições. As forças de sustentação do governo, que reuniam o PTB, PSB e dissidentes do PSD e UDN, aglutinavam-se na Frente Parlamentar Nacionalista. Os grupos conservadores organizaram-se na Ação Democrática Parlamentar, constituindo-se numa vigorosa corrente de oposição a Jango.

Na sociedade, ampliava-se a mobilização política com o crescimento de entidades como a União Nacional dos Estudantes - UNE, a Ação Popular, as Ligas Camponesas e outras organizações de tendências nacionalistas, que congregavam os setores favoráveis à implantação do programa de reformas de base.

Paralelamente à luta de Goulart pela recuperação dos poderes presidenciais, organiza-se desde 1962 uma Frente Patriótica Civil e Militar, com participação de altas patentes militares - General Odílio Denis, almirante Silvio Heck - bem como políticos como o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda e o proprietário do Jornal "O Estado de São Paulo", Júlio de Mesquita Filho.

A articulação da oposição antipopulista deve-se ao perigo que se vislumbra com a possibilidade de João Goulart se aliar aos movimentos populares e sindicais, que emergem com grande força e que, aos olhos conservadores, parecem irrefreáveis. O que é novo nesses movimentos populares é o fato deles terem chegado a níveis de atividade e influência política sem paralelo, unificando-se em 1962 com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e manifestando-se por meio de reuniões, como o Congresso Camponês realizado em 15 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, ao qual comparecem 1600 delegados, no lançamento da campanha nacional pela reforma agrária.

Desde 1961 o número de greves abalavam o país. Reivindicavam melhores salários e cumprimento da legislação trabalhista e algumas tiveram um claro conteúdo político. Em 1962, o número de greves aumentou e 1963 também não seria um ano calmo: greves de grupos envolvidos no setor de transportes, greves de bancários, greve geral. O país estava agitado.

Em 63 o regime parlamentarista imposto é revogado por um plebiscito. Jango - presidente no sentido pleno do termo, aproximava-se gradualmente das correntes reformistas mais radicais, representadas pelo deputado Leonel Brizola, pelo Governador de Pernambuco, Miguel Arraes e pelas organizações nacionalistas já referidas acima.

Estes grupos exigiram a eleição de uma Constituinte para a elaboração de nova Constituição que favorecesse as reformas.

Com a radicalização da esquerda, os grupos de oposição ao Governo João Goulart, começam a aparecer - ou a agir com mais

força. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES, por exemplo, articulava empresários e militares direitistas da Escola Superior de Guerra, assustados com a radicalização reformista, numa cruzada de "salvação nacional" e de propaganda contra o Governo. O IPES funciona como centro de mobilização para o golpe de 64. O IPES e outros órgãos, com financiamento internacional, gastaram muito dinheiro com suborno e compra da opinião de meios de comunicação. Forte também, na oposição ao governo, era a atuação da TFP - e da Patrulha Democrática.

No início de 1964, a crise dominava o próprio estado populista. O governo não tinha o apoio da quase totalidade da burguesia, cujos investimentos diminuiam rapidamente. E os próprios integrantes do governo divergiam quanto os rumos - radicais ou moderados - a tomar. Além disso, a resistência no Congresso se ampliava. Neste contexto, Jango aprova o Plano Nacional de Alfabetização, que seria executado por Paulo Freire.

Em 13 de março de 1964, em meio a crescente tensão provocada pela crise política e a radicalização social, Jango lançava medidas de seu programa de reformas no famoso comício da Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, marcando, aparentemente, a ascensão das facções mais radicais. (TV - Mostrar cenas do comício).

Na presença de 300 mil trabalhadores, estudantes e grupos de esquerda, no mesmo palanque usado por Getúlio para seus comícios, o Presidente Goulart, ao lado de autoridades militares e civis do governo, decretava a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriava propriedades à margem das ferrovias, rodovias ou em zonas de irrigação dos açudes públicos, dando início ao programa da reforma agrária.

Nesse mesmo período, milhares de pessoas participavam no Rio de Janeiro e São Paulo da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", organizada pelos conservadores da Igreja e do empresariado.

O levante dos marinheiros, no final de março, contra a prisão de dirigentes de sua associação, que lideravam um movimento por melhores condições de trabalho, acabou por levar a substituição do Ministro da Marinha, e precipitou o golpe.

Apesar dos inúmeros rumores que corriam sobre a articulação de um golpe, as forças nacionalistas e de esquerda foram surpreendidas. Sem esquema militar de defesa e divididas internamente não esboçaram, nesse momento, maior reação, à exceção de tentativas isoladas e românticas de dirigentes sindicais e estudantes do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e de candangos em Brasília. Era o fim do debilitado governo de João Goulart, encerrando-se o ciclo de vigência do pacto populista, no qual fora possível, de alguma forma, que as massas urbanas entrassem no cenário político nacional.

Na noite de 3 de abril de 1964, com o Presidente Constitucional ainda no país, era declarada vaga a Presidência do País. Já exilado no Uruguai, João Goulart julga o golpe que o derrubou: "Por formação, sempre fui contrário ao uso da força contra adversários políticos. Para atender aos reclamos de progresso e de liberdade do nosso povo (...) não hesitei pôr em risco até o meu próprio mandato (...) Por esse caminho é que me bati pelas reformas de base, empenhando tudo por alcançá-las, dentro da ordem constitucional (...) Nesta luta caí abatido pela conjura dos poderosos, que (...) estabeleceram o controle total dos meios de difusão. Foi assim fácil o envenenamento (...) da opinião pública e de escalões intermediários das Forças Armadas (...)".

Os principais líderes reformistas deixaram o país, asilaram-se em Embaixadas estrangeiras, enquanto centenas de outros eram presos em todo o País. Interrompia-se uma experiência que havia mobilizado o Brasil. Sobre as ruínas de uma democracia incipiente se erguera, sob o comando dos militares, um novo período autoritário, que duraria 20 anos.

O POPULISMO NO BRASIL

O período da história republicana no Brasil que vai da revolução de 30, passando pelo Estado Novo (1945) , até o movimento que depôs João Goulart em 1964 é conhecido como populismo.

No Brasil, o populismo tem suas raízes na Revolução de 1930, emergindo da crise política e do desenvolvimento econômico que então principia.

"... A classe dominante no final da 1ª República (1930), formada, notadamente, por latifundiários, cafeicultores, é forçada a dividir o poder com a nova classe média burguesa, emergente, urbano e industrial. O período populista se caracteriza, portanto, por uma passagem do processo econômico, onde predominava a atividade agroexportadora para um processo econômico onde, predomina a produção industrial".

(GADOTTI, Moacir - Concepção Dialética da Educação - SP - Cortez: Autores Associados, 1987).

Do ponto de vista político, o populismo se caracteriza pela formação de uma aliança policlassista, composta por latifundiários, o setor agroexportador, o empresariado urbano, as massas urbanas (operariado, artesãos, camadas médias). Nenhum dos grupos que compõem essa aliança exerce, com exclusividade, o poder, nem, tempouco, podem sozinhos legitimar o poder do novo Estado, que surge a partir de 1930.

Essa aliança, aparentemente equilibrada, é um dos traços marcantes da política brasileira durante o período populista.

A fragilidade dessa aliança, decorrente da diversidade de interesses dos grupos que a compõe, explica a presença contínua do Estado como mediador das forças sociais.

Assim, o Estado se move sempre dentro de uma complicada faixa de compromissos e conciliações, mostrando-se, cada vez mais, intervencionista e industrializante.

"O chefe de estado passa a atuar como árbitro e deverá contar, agora, com um novo parceiro - as massas populares urbanas. Nessa função, ele passa a decidir em nome dos interesses de todo o povo. Tende, portanto, a optar por aquelas alternativas que despertam menor resistência ou maior apoio popular".

(WEFFORT, F. C. "O Populismo na Política Brasileira" in Brasil: Tempos Modernos, Rio de Janeiro - Paz e Terra, 1968.

Nesse contexto populista, as massas populares urbanas emergem na política brasileira, manifestando suas insatisfações que são, ao mesmo tempo, reconhecidas e controladas pelo Estado.

Durante o período populista (de 1930 a 1964), o Brasil teve vários governantes que conduziram esse movimento político com um tom próprio. Vargas, por exemplo, se distingue pelo empenho na criação de condições mínimas de infra-estrutura e indústria básica, apoiada no nacionalismo. JK, por sua vez, destaca-se pela internacionalização da economia brasileira. Jango tentou reformar as instituições do País, no sentido de impor ao capitalismo internacional novas condições que permitissem a nossa economia atender mais às necessidades populares e não apenas ao lucro.

Sendo o populismo fruto de uma aliança desenvolvimentista, composta por diversos grupos sociais, com interesses próprios e até antagônicos, é possível compreender o movimento como de tensão constante: com momentos de crise (instauração do Estado Novo, o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio, a deposição do Jango), seguidos de maior estabilidade, de volta às crises...

É no início da década de 60 que a aliança populista vai enfrentar a sua maior crise, chegando a sua ruptura.

As pressões das massas populares por uma maior participação na distribuição da renda tornam-se inconciliáveis com a manutenção do lucro das empresas. A nítida afirmação de interesses antagônicos das classes da aliança torna a tensão insuportável, levando a radicalização de "esquerda" e de "direita". "De um lado, os setores populares representados, até certo ponto, pelo Estado

e por alguns intelectuais de classe média; e de outro, um amálgama heterogêneo que compreendia grandes parcelas da classe média, da burguesia nacional, do capital estrangeiro monopolista e das antigas oligarquias".

(FREITAG, Bárbara - Escola, Estado e Sociedade - SP - Ed. Moraes - 1980).

A essa altura, no Governo João Goulart, a burguesia industrial já estava consolidada e fortalecida o suficiente para romper com a aliança populista, impondo exclusivamente seus interesses. Para tanto, não vacilou em usar da violência para impor sua ditadura, implantando um novo bloco industrial-militar, apoiado no capital internacional.

O golpe militar de 64, com a deposição de João Goulart, é o momento culminante e, ao mesmo tempo, o desfecho de uma crise que já vinha de longa data no movimento populista.

"O período da história brasileira chamado "populismo" é extremamente rico e contraditório. Rico em movimentos sociais e políticos e em transformações econômicas. Foi, também, um período de muita agitação de idéias pedagógicas, marcado por longos debates em torno de várias reformas educacionais".

(GADOTTI, Moacir - Concepção Dialética da Educação - SP - Ed. Cortez - 1987).

Segundo o mesmo autor, "... para o Estado-nacional-populista a escola representava um instrumento ideal para a disseminação da nova ideologia desenvolvimentista, isto é, o mito do desenvolvimento capaz de produzir o bem estar de todos independentemente de classe social.

A EDUCAÇÃO NOS ANOS INICIAIS DA DÉCADA DE 60

"Os anos 60, em seu início, foram particularmente ricos e criativos em quase tudo. Questionaram-se todos os modos de ser brasileiro; de participar de sua cultura. Pretendia-se, inclusive, ter um projeto político que permitisse superar a dominação do capital sobre o trabalho e tudo o mais que decorre dessa dominação". (1)

O surgimento ou fortalecimento de movimentos de cultura e educação popular foram algumas formas de participação e luta que emergiram ou se consolidaram nesse período, no conjunto de numerosas manifestações/ações de setores organizados da sociedade na reivindicação de melhorias nas condições sociais e trabalhistas e na exigência de maior participação nas decisões sobre os rumos da vida política do país.

O Movimento de Cultura Popular (MCP), a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base e o Sistema Paulo Freire de Alfabetização são movimentos pioneiros do início dos anos 60, que já, em setembro de 1963, registrava no Iº Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular a presença de 77 grupos, mais da metade deles desenvolvendo atividades de alfabetização de adultos.

Foram práticas de educação e cultura popular nascidas do avanço do próprio movimento popular. Surgiram em regiões onde candidatos desses movimentos foram eleitos pelo voto (eleições das prefeituras municipais de Recife e Natal) ou foram viabilizados por segmentos sociais abertos à necessidade de mudanças sociais como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e setores progressistas da Igreja Católica.

(1) FÁVERO, Osmar (Org.) CULTURA E EDUCAÇÃO POPULAR, MEMÓRIA DOS ANOS 60- Graal Editora.

Todos esses movimentos ocorreram num contexto histórico de extrema agitação política, marcado pela intenção oficial de se promover reformas de base na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, os movimentos de educação e cultura popular passaram a compor o quadro de uma estratégia política mais ampla de transformações política e sócio-econômica no país.

No início dos anos 60, no Governo Jânio Quadros, é aprovada a lei que cria a Universidade de Brasília. Trata-se de uma nova proposta de ensino superior com estrutura acadêmica bem mais livre. Pensava-se formar profissionais para atender aos interesses de um país que, pretendia, realizar profundas reformas na sua estrutura. Entretanto, já a partir de 62 a UNB sofreu tantas intervenções que torna-se difícil uma avaliação correta do projeto original.

O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP)

O MCP surgiu em 1960, em Recife, Pernambuco, tendo, entre seus objetivos: "promover e incentivar, com a ajuda de particulares e poderes públicos, a educação de crianças e adultos"; "colaborar para a melhoria do nível de vida do povo, através da educação especializada" e "formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular".

O Movimento de Cultura Popular estruturou-se em três áreas: a de Formação da Cultura, a de Documentação e Informação e a de Difusão da Cultura. O Departamento de Formação da Cultura constava de 10 divisões ligadas ao campo da pesquisa - cujo diretor era Paulo Freire - do ensino; das artes plásticas e artesanato; da música; dança e canto; do cinema; rádio, televisão e imprensa; do teatro; da cultura brasileira; do bem estar coletivo; da saúde e dos esportes.

O Movimento de Cultura Popular pode ser considerado como um dos desdobramentos das vitórias eleitorais da Frente do Recife.

Essa Frente (composta pelas forças progressistas e segmentos liberais e conservadores modernos) teria sido a viabilizadora de um "programa de democratização do poder decisório em Pernambuco, a principal Casa Grande do Nordeste oligárquico - onde justamente teve lugar a experiência do MCP. E, na medida em que se criava um canal efetivo de comunicações e decisões massa/poder político, foi possível a prática de uma política de cultura popular/educação alternativa à fechada Universidade e, de um modo geral, à escola

elitista, formal, tradicional. (1)

No contexto do Movimento de Cultura Popular é que surgiu o Sistema Paulo Freire de alfabetização de adultos. A experiência que inicialmente foi desenvolvida com um grupo de 5 adultos, obteve resultados positivos: um dos alunos, após 2 meses de trabalho, já estava lendo trechos considerados difíceis. Novas turmas foram formadas também com bons resultados.

Em 2 anos, a experiência se ampliou e de uma primeira tentativa com 5 alunos, o Sistema Paulo Freire de Alfabetização veio a se constituir na proposta oficial do Ministério da Educação, a ser adotada nacionalmente.

DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Esse movimento de educação popular também nasceu como uma das conseqüências das vitórias eleitorais do candidato das forças progressistas à Prefeitura de Natal, Rio Grande do Norte, em novembro de 1960.

No período da campanha, 160 comitês foram organizados no município, onde todas as questões/problemas/reivindicações, eram discutidas e priorizadas. Na Convenção Municipal, realizada após a Convenção dos Bairros (comitês) duas reivindicações aparecem prioritariamente: escola para todos e erradicação do analfabetismo.

Não obstante o esforço de criar e fazer funcionar as escolas, elas eram ainda insuficientes para atender o número de alunos existentes. Discutido o problema com o movimento popular, deste surgiu a proposta da construção de escolas, de palha mesmo, desde que viessem a funcionar como tal. Partiu-se, então, para construção dos chamados Acampamentos Escolares, que eram formados por

(1) CUNHA, Luis Antônio. O Golpe na Educação.

vários galpões com divisórias de madeira, em cada qual funcionando uma classe.

A Campanha "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler" desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades, nascidas das indicações dos grupos populares:

- Praças de Cultura - áreas criadas ao redor de parques infantis, com quadra de esportes, biblioteca volante para empréstimo de livros.
- Centro de Formação de Professores - proposta de preparação de professores: em Cursos de Emergência (treinamento de monitores em 3 meses) através do Ginásio Normal (em 4 anos) e através do Colégio Pedagógico (3 anos além do ginásio) incluindo Escola de Demonstração.
- Cursos de Iniciação Profissional: promoção de vários cursos nessa área.
- Ensino Mútuo - alfabetização de adultos em suas próprias casas (resistiam a ir à escola) por estudantes secundaristas.

Aos desafios superados de se conseguir espaço físico para funcionamento das escolas (construção de acampamentos) e de se preparar professores (adoção de diferentes estratégias) existia também, na Campanha, o desafio de construção do próprio material didático, já que o material tradicional, distribuído aos grupos, nada tinha a ver com sua realidade.

Através de um trabalho da equipe do Centro de Formação de Professores, com a participação de monitores/orientadores/supervisores partiu-se para construção de materiais mimeografados que passaram a ser utilizados em classe.

"Na esteira do tempo, De Pé no Chão deixou, possivelmente, algumas heranças, em função de seus processos de rupturas:

- a) ruptura com o pensamento colonizador, na tentativa de pensar por si próprio;"
- b) ruptura do círculo pauperismo-analfabetismo-pauperismo;
- c) ruptura com o autoritarismo oligárquico no processo de decisões;
- d) ruptura com a hierarquia acadêmica ao gerar seus próprios quadros docentes;
- e) ruptura com a "ditadura " do prédio escolar;
- f) ruptura com a teoria e a prática da classe dominante de que ela é a única depositária da cultura e doadora de conteúdos e formas de educação." (1)

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

No curto período do governo Jânio Quadros, alguns indicadores sugeriam a intenção de se tratar da questão educacional, como área de grande interesse.

Exemplificam esse provável interesse estudos, sobre a área educativa, realizados pela assessoria da Presidência e entendimentos do próprio Presidente com os governadores de estado, comprometendo-se com o financiamento de grandes planos de desenvolvimento, que incluíam o setor educacional.

No contexto de uma suposta "vontade política" para realizações no campo educacional é que tem lugar a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), proposto pela Igreja Católica.

Jânio Quadros aceita as bases da carta proposta de criação de um movimento educativo, coordenado pela Confederação Nacional dos

(1) CUNHA, Luis Antônio - O golpe na Educação.

Bispos do Brasil (CNBB), determinando, em março de 1961, o funcionamento pelo governo federal das verbas necessárias à concretização dessa proposta. Estabelece, no entanto, o Presidente, que o MEB deveria atuar nas regiões subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, levando educação à população rural.

Desde o início, o desenvolvimento das atividades do MEB, embora estruturado pela Igreja, foi entregue a leigos, que mesmo conhecedores da inspiração cristã do movimento, procuravam deixar de lado os objetivos catequéticos, atuando numa linha de promoção humana através da educação.

O MEB tinha como estrutura básica a organização dos chamados "sistemas", constituídos por uma equipe (professores, locutores, pessoal de apoio), encarregada de preparar e executar os programas radiofônicos. Aos monitores, escolhidos pela comunidade, cabia conduzir as escolas radiofônicas, provocando debates com alunos sobre os assuntos veiculados pelo rádio, entre outras atividades de classe.

A efervescência do período político social e cultural do início dos anos 60 e as transformações no pensamento cristão então vigente influenciam a proposta do MEB, que pretende, a partir de 1962, ir além da organização de escolas radiofônicas, passando a se constituir num movimento de cultura popular.

A ação do MEB deveria concentrar-se na região norte, nordeste e centro-oeste, quando era no sul que se encontra um maior número de emissoras. No entanto, para atuar prioritariamente nessas regiões mais urbanizadas o governo instituiu a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, proposta que unificava as campanhas ministeriais mas que não chegou a ser implantada.

OS CENTROS POPULARES DE CULTURA (CPC)

Os Centros Populares de Cultura (CPC) atuaram entre 1962 e início de 1964, tendo sua origem no trabalho do Centro Popular de Cultura

Órgão cultural da União Nacional dos Estudantes, em 1961. Atuaram no início deste Centro nomes como Oduvaldo Viana Filho - o Vianinha - Leon Hirzman, Carlos Estevam Martins, Carlos Diegues e Ferreira Gullar.

A atuação desses Centros, que mobilizavam muitos jovens universitários, se dava principalmente através do teatro de rua, montado em praças públicas e em outros espaços como sindicatos e universidades, e apresentando peças em linguagem popular, sobre temas da atualidades.

Mas não era só através do teatro que esses Centros atuavam. O Centro Popular de Cultura, da UNE, desenvolveu várias atividades como: exposições sobre reforma agrária; promoção de cursos sobre teatro, artes plásticas, etc.; realização de filmes, de festivais culturais, além da edição de literatura de cordel e montagem de uma rede de distribuição de arte e cultura. Este Centro conseguiu construir seu próprio teatro no Prédio da UNE, no Rio de Janeiro. Inaugurado em 30 de março de 1964, foi incendiado no dia seguinte.

Foram criados CPC's em vários estados, somando-se a produção cultural local. Estes Centros não repetiam o modelo da UNE e tinham autonomia no seu funcionamento.

Existiam inclusive divergências em termos da orientação teórica do movimento e ao papel da alfabetização de adultos, como uma de suas atividades.

O CPC de Belo Horizonte desenvolveu um programa de alfabetização de adultos chegando a elaborar um material didático próprio.

Em torno dos Centros Populares de Cultura congregavam-se muitos intelectuais e artistas ligados as artes plásticas, ao cinema novo, a crítica literária e a poesia. Os Centros passaram a ser espaços para divulgação do trabalho de artistas e, também, espaço de discussão sobre o papel do artista e de sua produção na sociedade.

O Centro Popular de Cultura, da UNE, a partir do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, reviu sua diretriz política, abrindo caminhos para uma atuação mais sistemática junto as classes populares, partindo da alfabetização.

Se hoje uma releitura crítica desses movimentos de cultura e educação popular, por um lado, na visão de alguns autores, pode apontar para o distanciamento, no interior desses movimentos, de discussões aprofundadas e consequentes sobre a situação de divisão e luta de classes no Brasil, por outro lado, é indiscutível que o início dos anos 60 foi um dos períodos mais férteis em termos de proposições e concretizações no campo da ação popular em cultura e educação.

INICIATIVAS NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL

No âmbito do governo federal, as iniciativas na área de educação também refletem a provisoriedade e agitação do clima político do país.

Em 1961, simultaneamente ao surgimento/fortalecimento de movimentos de educação popular, o programa de educação tinha como metas a serem alcançadas em cinco anos:

- a expansão e aprimoramento da rede escolar comum, com previsão de escolarização mínima de seis anos para todas as crianças em idade escolar;
- eliminação do analfabetismo e atendimento aos semi-alfabetizados;
- extensão dos benefícios culturais a toda a população;
- incentivos à criação artística intelectual e científica;

PROMULGAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Também em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4024 de 20/12/61), após a mais longa

discussão sobre educação nacional: cerca de 13 anos.

O cenário social do país, quando da promulgação dessa lei era de muita instabilidade política: vigorava o regime parlamentarista, sob forte demanda popular para realização de um plebiscito, cujo resultado levou ao retorno do regime presidencialista, tendo a frente João Goulart.

A nova lei, na verdade, não trouxe alterações em termos da organização do sistema educacional que determinava os seguintes níveis de ensino:

- Pré-primário (escolas maternais e jardins de infância);
- Primário (quatro anos com possibilidade de ser acrescido com mais 2 anos);
- Médio (compreendendo o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos que, por sua vez, compreendia o ensino secundário e o técnico - incluindo a formação de professores, o ensino industrial, comercial e agrícola);
- Superior (mesma estrutura anterior).

De acordo com a LDB, deixa de existir um currículo fixo para todo o país, cabendo aos estados e municípios organizar e executar os serviços educativos. Ao MEC caberia a definição de metas a serem alcançadas nacionalmente e o desenvolvimento de uma ação de suplência - apoio financeiro e técnico em áreas regionais que apresentassem deficiência). Era também competência do MEC decidir sobre a aplicação dos Fundos Nacionais de Educação para os três níveis de Ensino.

Embora tais proposições representassem um certo avanço, uma vez que apontavam para um relativo grau de descentralização, a questão principal, base de mais de uma década de discussões ficou em aberto, pois a lei na sua forma final acabou sendo uma conciliação das propostas que defendiam a instrução pública e gratuita e daqueles que defendiam a privatização do ensino.

Prevvia a lei a cooperação financeira do governo a estabelecimentos mantidos pelos Estados, municípios e particulares, para compra,

construção ou reforma de prédios escolares, suas instalações e equipamentos.

As reações ao teor da lei promulgada variaram do exaltado otimismo ao pessimismo exacerbado, passando por uma postura de cautela e reserva frente as suas prescrições.

Algumas análises atuais sobre o texto da LDB, no que diz respeito, especificamente, a questão da polêmica (não resolvida com a lei) entre a questão do ensino público e gratuito e o ensino particular, evidenciam, com propriedade o absurdo que foi votar e sancionar uma lei que previa apoio a iniciativa privada na educação, quando o próprio governo não conseguia ampliar a rede oficial de ensino, tornando-a extensiva a toda a população em idade escolar (50% dessa população não era atendida).

"...era realmente um absurdo o que acabava de ser votado e sancionado. Absurdo, sim, em termos de justiça social, embora, perfeitamente adequado à ordem social vigente e à composição das forças no poder. Na verdade, essa retirada de autonomia e de recursos da esfera pública para privilegiar a esfera privada, essa proteção à camada social, que podia pagar educação, às custas das camadas que não podiam, só é compreensível dentro do quadro geral da organização da sociedade brasileira e do jogo de influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes públicos no legislativo". (1)

As discussões sobre escola pública/escola particular - não se esgotaram com a promulgação da LDB, estendendo-se até 1964, com o Golpe de Estado.

"Vitorioso o Golpe de 1964, subiram ao poder os defensores do privatismo na educação; aqueles que defendiam a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública do

(1) ROMANELI, Otaíza - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PAÍS, 1932/1973.

ensino. Em compensação, as verbas públicas destinadas ao ensino deveriam ser transferidas às escolas particulares, que então se encarregariam da escolarização das crianças e dos jovens. Só onde a iniciativa particular não tivesse interesse em abrir escolas é que a escola pública seria bem-vinda". (1)

Em 1962, no clímax da crise do parlamentarismo, o governo ainda propôs:

- . a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, num decreto que não chegou a passar de uma carta de intenções, mas que apontava para a necessária relação entre as finalidades da alfabetização e educação de base com o desenvolvimento social e econômico.
- . o Programa de Emergência para o Ensino Primário, numa proposta que localizava nos municípios o centro de toda ação educativa.

Em 1963, no retorno do Governo Presidencialista, conduzido por João Goulart, apesar do curto período de vigência, foram feitas as seguintes proposições:

- Plano Nacional de Alfabetização - (janeiro de 1964) visando implantar oficialmente e em todo o país o Sistema Paulo Freire de Alfabetização, com a proposta de alfabetizar 5 milhões de adultos num prazo de 2 anos.
- Comissão de Cultura Popular - encarregada de implantar o Sistema Paulo Freire em Brasília;
- Plano Nacional de Educação, originário do Conselho Federal de Educação e o Plano Trienal de Celso Furtado.

Nesse ano ocorreu também o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular.

(1) CUNHA, Luis Antônio - O Golpe na Educação.

O 1º ENCONTRO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CULTURA POPULAR

Esse Encontro, que foi realizado em REcife, de 15 a 21 de setembro de 1963, visava a "propiciar o intercâmbio de experiências de todos os movimentos de alfabetização de adultos e cultura popular, bem como a estudar a viabilidade de que tais movimentos se coordenem nacionalmente". (1)

No Ministério da Educação do governo presidencialista de Jango, estava Paulo de Tarso que mostrava-se favorável a uma coordenação nacional dos movimentos de educação e cultura popular. O referido Encontro foi promovido pelo MEC e apoiado pela SEC e MCP de Pernambuco, pelo MEB, pela UNE e outras entidades ligadas aos movimentos populares.

Compareceram ao Encontro 77 representantes desses grupos ligados a alfabetização e cultura popular, que a partir de seu cadastramento através de relatório e informe de experiências foram agrupados de acordo com suas áreas de atuação em:

- . movimentos destinados prioritariamente à alfabetização como o "De pé no chão também se aprende a ler" e o Movimento de Educação de Base;
- . movimentos ligados a identificação, produção e divulgação de manifestações artísticas de conteúdo popular e
- . movimentos voltados para atividades diversificadas, incluindo ações culturais e comunitárias.

Dos 77 grupos, 44 desenvolviam alfabetização de adultos sendo que 38 deles como atividade prioritária. De um modo geral, era um trabalho em pequena escala, e sem muitos recursos e com atuação de voluntários; poucos usavam o método de Paulo Freire, adotando as cartilhas do Movimento de Cultura Popular de Pernambuco ou do

(1) IN VANILAS PAIVA

Movimento Popular de Alfabetização da UNE, com o uso do método da palavrção ou sentencição.

O Encontro não tratou de questões teóricas já que a intenção maior era buscar identificar pontos comuns entre todos os movimentos que viessem a ser facilitadores de uma proposta de coordenação geral dos movimentos, o que acabou sendo aceito por todos.

Pouco mais de seis meses após a realização desse Encontro, no período que se seguiu ao golpe de 1964, os movimentos de cultura e educação popular, assim como os demais movimentos populares foram reprimidos e extintos e muitos dos seus educadores, animadores e líderes foram cassados, presos e exilados.

O Programa Nacional de Alfabetização que deveria implantar o Sistema Paulo Freire de Alfabetização em todo o Brasil, foi extinto em abril.

Integrantes da equipe dirigente do Movimento "Dê Pé no Chão Também se Aprende a Ler" foram presos sendo o acervo das bibliotecas incinerados.

O Movimento de Educação de Base (MEB) conduzido pela Igreja Católica, se foi o início a não ser extinto, teve suas verbas cortadas, seu material didático apreendido e seus monitores perseguidos, sofrendo completa reorientação na sua linha de atuação.

Reitores, professores e estudantes universitários foram expulsos das Universidades onde atuavam, como foi o caso do educador Anísio Teixeira à frente da reitoria da Universidade de Brasília (UNB), demitido no início de abril de 1964.

Profissionais da educação atuantes em órgãos da direção do Sistema educacional ou atuando na própria sala de aula passaram a ser perseguidos e marginalizados, como por exemplo, através, também, da aposentadoria compulsória, como foi o caso do professor Dumerval Trigueiro "aposentado" do cargo de professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esse professor, conhecido defensor do ensino público e gratuito, também foi afastado do Conselho Federal de Educação (CFE), onde, entre outros profissionais, oferecia resistência a tendência de se submeter as diretrizes impostas pelas agências internacionais de educação.

O teatro do Centro Popular de Cultura (CPC) construído no próprio prédio da UNE e inaugurado em 30 de março de 1964, foi incendiado no dia seguinte.

Em termos de área de educação, desistência da atividade ou do ingresso nos cursos de formação para o magistério, desinteresse e descompromisso com o papel de educador, descaso de alunos pela própria aprendizagem foram algumas das conseqüências visíveis desse período de intensa repressão.

Simultaneamente, a desesperança, a apatia e a submissão ou o extremo autoritarismo que passaram a marcar a prática educacional, grupos de educadores prosseguiram resistindo, lutando pela dignidade de sua profissão, de seu exercício profissional numa trajetória que continuou e continua abrindo e refazendo caminhos para que educadores, na década de 90 prossigam no repensar e pensar constante sobre sua prática e na proposição de ações conseqüentes, no sentido de transformação do exercício da educação no país.

BIBLIOGRAFIA

CUNHA, Luis Antonio e DE GOES, Moacyr - O golpe na Educação.
Jorge Zahar e Zaiter, 1985.

JANNI, Otávio - O colapso do populismo no Brasil. Civilização
Brasileira.

PAIVA, Vanilda Pereira - Educação popular e Educação de adultos
Edições Loyola, 1973.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos - História da Educação Brasileira -
A organização escolar. Cortez Editora, 1988.

ROMANELI, Otaíza de Oliveira - História da educação no Brasil -
1930/1973. Editora Vozes, 1978.

Ribeiro, Darcy - Os Tranços e Barrancos - RJ - Ed. Guanabara -
1985.

Freitag, Bárbara - Escola, Estado, Sociedade - SP. Ed. Moraes -
1980.

Gadotti, moacyr - Concepção Dialética da Educação - SP. Cortez
Autores Associados - 1984.

Teixeira, Francisco M. P e Santos, José - História do Brasil -
Colônia à República - SP. Ed. Moderna - 1979.

PROGRAMA 13

Indicações para produção

Obs.: É preciso tentar mostras neste e nos demais programas a idéia de que a educação está no processo e não fora dele.

Indicações

Sobre o Governo Jango

- . a ampliação da mobilização política e da reação das forças conservadoras. Os grupos envolvidos.
- . as reformas de base do Governo João Goulart, especialmente na educação. A quem beneficiavam, a quem prejudicavam.
- . Papel dos meios de comunicação na queda de Jango.
- . Por que Jango caiu. Quem se beneficiou com isso.

Sugestão: Darcy Ribeiro

Sobre o populismo

Características do período no Brasil

Aliança instável de grupos com interesses diversos

Que traços e papel tiveram os governos populistas

Por que o populismo entrou em crise

Heranças do populismo

Sugestões: Lúcia Lippi de Oliveira, Angela de Castro Gomes,
FGV/CPDOC.

Educação no período populista

- Análise dos movimentos de educação e cultura e da natureza de suas propostas.

Vanilda Paiva, Osmar Fávero (FGV/IESAE)

- Balanço da LDB/61 - Nicanor Palhares Sá - Ed. Cortez
- Sistema Paulo Freire - Paulo Freire
- A repressão aos movimentos pela educação em 64 - Paulo Freire, Moacir de Góes.